

RELATÓRIO

SEM MORADIA DIGNA NÃO HÁ JUSTIÇA CLIMÁTICA



Habitat
para a Humanidade®
Brasil

sem moradia digna não há
justiça
climática

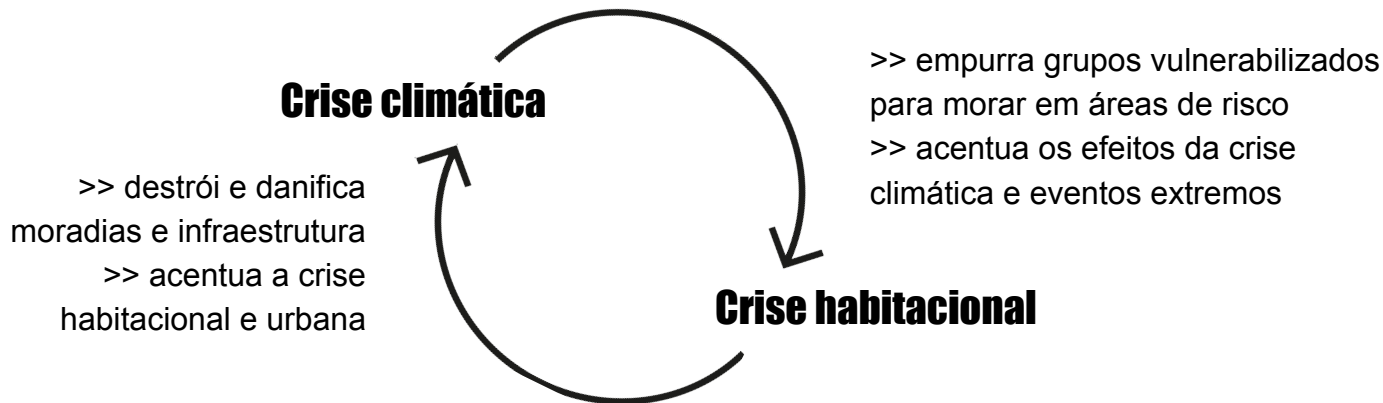


Por que falar sobre moradia e justiça climática?



Vila Arraes / Várzea, Recife, Brasil, 2022
Foto: Gris Espaço Solidário

Por que falar sobre moradia e justiça climática?



Mas o direito à moradia ainda é pouco evidente no debate climático

→ **Somente 8%** das NDCs tratam da questão urbana, favelas e comunidades (HPHI, 2025)

Por que falar sobre moradia e justiça climática?

Evidenciar o papel do **direito à moradia** no enfrentamento da crise climática

3 perguntas-chave:

1 Quem “escolhe”
morar em área
de risco?

*Racismo ambiental
nas cidades brasileiras*

2 Quem perde o que?
E para onde vai quem
não tem pra onde ir?

*Perdas e danos e
resposta emergencial*

3 O que tem sido feito para
minimizar os impactos
do próximo desastre?

*Adaptação, reconstrução,
reparação*

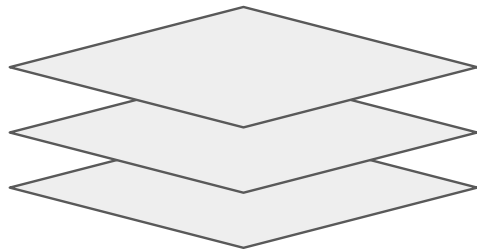
1. QUEM “ESCOLHE” MORAR EM ÁREA DE RISCO?

Racismo ambiental nas cidades brasileiras



1. QUEM “ESCOLHE” MORAR EM ÁREA DE RISCO?

Racismo ambiental nas cidades brasileiras



129 cidades brasileiras

(capitais* + regiões metropolitanas + conurbações)

Setores de risco geológico e hidrológico**

(Serviço Geológico do Brasil, Defesas Civas e Secretarias Estaduais e Municipais)

Setores censitários

(IBGE, Censo 2022)

* capitais exceto Manaus (AM), Natal (RN), Vitória (ES) e Curitiba (PR).

** não considera risco de seca e onda de calor

1. QUEM “ESCOLHE” MORAR EM ÁREA DE RISCO?

Racismo ambiental nas cidades brasileiras

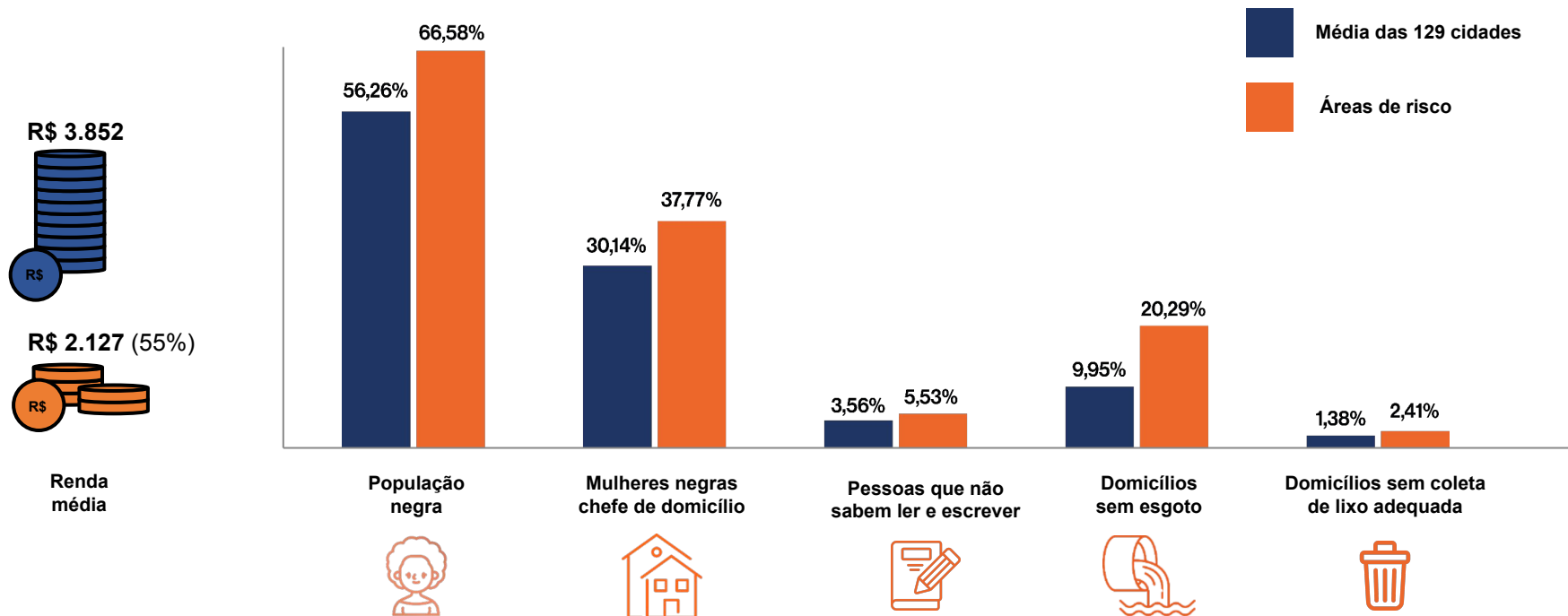
Universo de municípios *	Tipos do risco **		Perfil demográfico e dos domicílios
	Riscos geológicos	Riscos hidrológicos	
129 municípios - Norte: 13 - Nordeste: 36 - Centro-Oeste: 7 - Sudeste: 32 - Sul: 41	Colapso, Corrida de massa, Erosão, Deslizamento, Expansão/Contração de argilas, Queda, Rastejo, Subsidência, Tombamento, Escorregamento, Solapamento	Alagamento, Enchente, Enxurrada, Inundação	População: raça, gênero, renda, escolaridade Domicílio: conexão com rede geral de esgoto, coleta adequada de lixo

* capitais exceto Manaus (AM), Natal (RN), Vitória (ES) e Curitiba (PR).

** não considera risco de seca e onda de calor

1. QUEM “ESCOLHE” MORAR EM ÁREA DE RISCO?

Racismo ambiental nas cidades brasileiras



1. QUEM “ESCOLHE” MORAR EM ÁREA DE RISCO?

*Racismo ambiental
nas cidades
brasileiras*

- População negra é **10,3% maior** nas áreas de risco que a média nas 129 cidades;
- Domicílios chefiados por mulheres negras é **7% maior** nas áreas de risco que a média;
- O rendimento médio da pessoa responsável pelo domicílio nas áreas de risco é **quase a metade** da média geral;
- O percentual de domicílios sem conexão com a rede geral de esgoto **mais que dobra** nas áreas de risco em relação à média geral;
- O percentual de domicílios sem coleta adequada de lixo é **1,75 vezes maior** nas áreas de risco em relação à média geral.

Racismo ambiental nas cidades brasileiras

A população negra, empobrecida, principalmente mulheres com baixa escolaridade e responsáveis pelo domicílio, encontra-se em piores condições de moradia, desproporcionalmente afetada por risco de desastres e pela falta de infraestrutura urbana e serviços básicos



Não é coincidência.

É racismo ambiental.

**É resultado da
crise habitacional.**





Crise habitacional sem precedentes

Déficit Habitacional

6,2 milhões de domicílios



- Ônus excessivo com aluguel
- Coabitação involuntária
- Domicílio improvisada



Crise habitacional sem precedentes

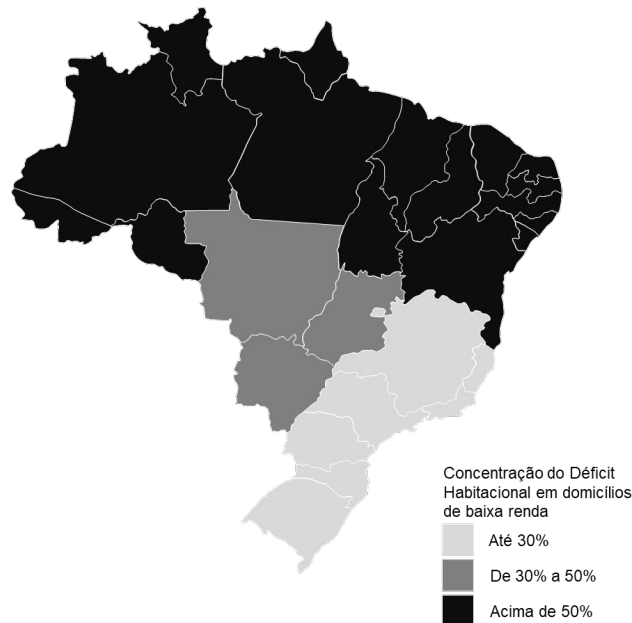
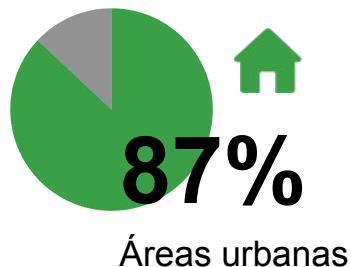
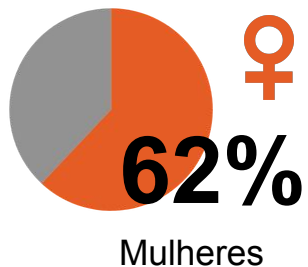
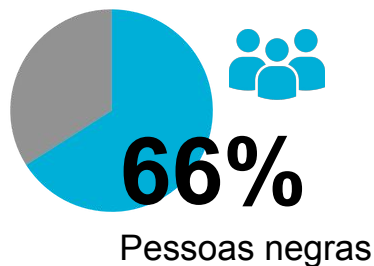
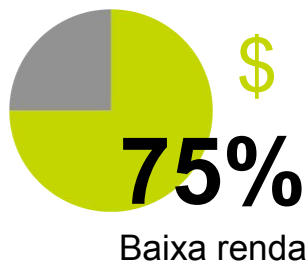
Inadequação Habitacional

26,5 milhões de domicílios



- Carências edilícias
- Carências de infraestrutura
- Inadequação fundiária

A crise habitacional tem raça, gênero, classe, região





pelo menos

**163 milhões
de pessoas**

**em um país
de 215
milhões de
pessoas**

75%

população brasileira enfrenta
violações do direito à moradia

O direito à moradia digna
no Brasil ainda é um

privilégio



**Ninguém
ESCOLHE
morar em
área de risco**

Morar em área de risco não é uma escolha.
É resultado de uma dívida histórica do país
com a população mais vulnerabilizada que
culmina na **CRISE HABITACIONAL**

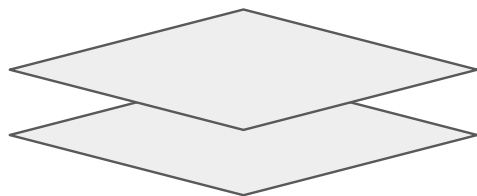
2. QUEM PERDE O QUE? PARA ONDE VAI QUEM NÃO TEM PARA ONDE IR?

*Perdas e danos e resposta
emergencial a desastres*



2. QUEM PERDE O QUE? E PARA ONDE VAI QUEM NÃO TEM PARA ONDE IR?

Perdas e danos e resposta emergencial a desastres

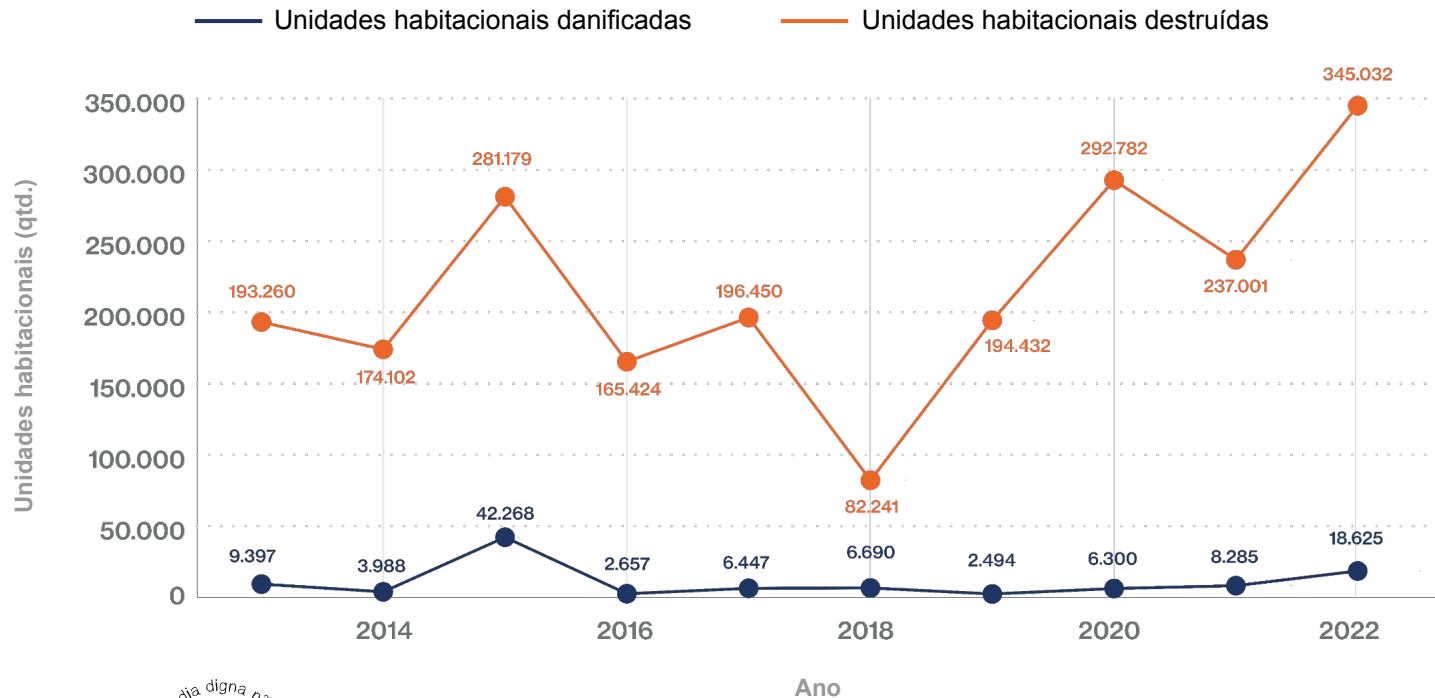


S2ID - Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (Defesa Civil Nacional)

Danos e destruição de unidades
habitacionais e infraestrutura urbana

Missões territoriais em Recife e Região
Metropolitana, São Sebastião no litoral norte
de São Paulo

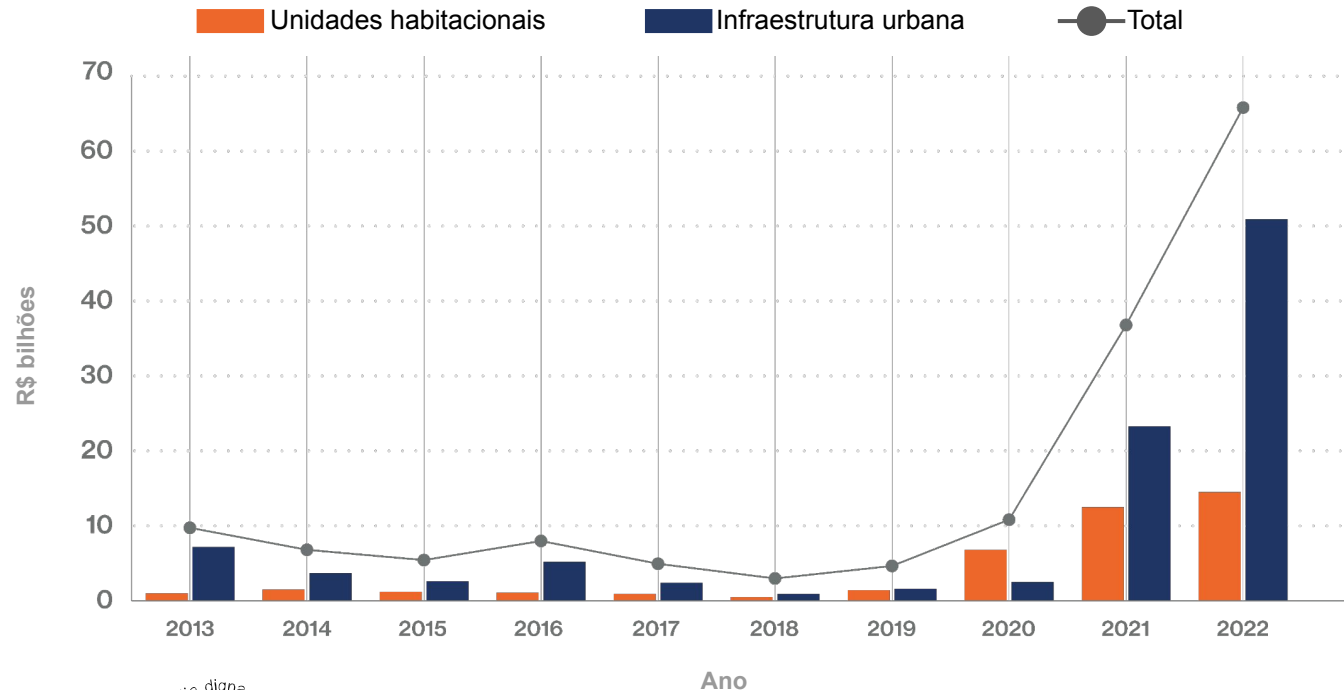
Perdas e danos habitacionais provocados por desastres socioambientais (2013 - 2022)



Entre 2013 -
2022,

- UHs
danificadas:
2.161.903
- UHs
destruídas:
107.151

Perdas e danos habitacionais e em infraestrutura urbana provocados por desastres socioambientais (2013 - 2022)



Perdas e danos

Materiais: casas, móveis, eletrodomésticos, comércio, plantações e criações para subsistência, documentos

Não materiais: saúde física e mental, educação, segurança alimentar

Sociais: redes de apoio e vizinhança, redes de clientela e crédito (para vender e comprar fiado, por exemplo), perdas de referências comunitárias, instituições e organizações territoriais, paisagem

Intergeracionais: trauma, aprofundamento da pobreza, impacto dos vínculos com o território

Urbanos: infraestrutura danificada, obstruída, entulhos



Perdas e danos

Habitacionais e em infraestrutura urbana

- 2,1 milhões de UHs danificadas;
- 107 mil UHs destruídas entre 2013 - 2022;
- R\$ 100,3 bilhões de danos em infraestrutura urbana.

Desastres socioambientais acentuam a crise habitacional e urbana



Desastres socioambientais acentuam a crise habitacional



Habitat
para a Humanidade
Brasil

sem moradia digna não há
justiça
climática

São Sebastião, 2023
Foto: Raquel Lüdermir

Para onde vai quem não tem para onde ir?

Abrigos emergenciais: desconforto, insalubridade, insegurança; abrigo em escolas significa que crianças ficam sem aula e as famílias são pressionadas a saírem mesmo sem auxílio ou alternativa de moradia;

Auxílio emergencial: valor, critérios de exclusão, coação, uso político da ação emergencial

Auxílio moradia: valor, intermitência, desconexão com políticas habitacionais

Famílias sem moradia e sem auxílio adequado voltam para áreas de risco



sem moradia digna não há
justiça
climática



Jardim Monte Verde, Recife. Foto: Aline Sales

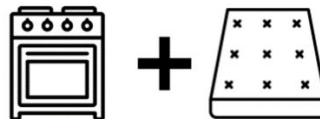


Como recomendar?

com R\$1.500

(auxílio emergencial Pernambuco 2022)

opção A



**Fogão 4 bocas e Colchão
de Casal**

R\$1.300 a R\$1570

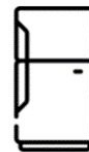
opção B



2 meses de aluguel

R\$600 a R\$1.200

opção C



Geladeira 240L

R\$1.700 a R\$2.000

“Auxílio nenhum vai trazer meu marido e minha filha de volta”

“A cada chuva que dá, eu tenho medo de acontecer tudo de novo”

“Meu filho me disse outro dia que ele preferia ter morrido do que estar sofrendo sem a nossa casa e sem nossos parentes queridos”

“Somos uma comunidade adoecida”

3. O QUE TEM SIDO FEITO PARA MINIMIZAR OS IMPACTOS DO PRÓXIMO DESASTRE?

Adaptação, reconstrução, reparação



Desafios e contradições

Muito tem sido feito, mas muitas vezes:

Adaptação se confunde com remoção: em várias cidades, o poder público tem promovido deslocamentos forçados justificados por questões ambientais (“remoções verdes”), sem participação popular e sem transparência, e as soluções de moradia digna e bem localizada ficam cada vez mais longe da realidade das famílias afetadas

Reconstrução se confunde com atraso: reconstrução pós desastre tende a ser lenta, cara, insuficiente, inadequada para a diversidade de demandas e perdas e danos; mas, sobretudo, uma ação tardia em relação à dívida histórica

Garantir o direito à moradia digna é ação climática



Moradia adequada é justiça climática

- **Remoção não é a solução:** é urgente investir em ações locais de redução e gestão de risco e adaptação climática antirracista
- **Critérios raciais** para políticas habitacionais e para a ação climática
- **Dados desagregados** por raça, gênero e território sobre moradia (déficit e inadequação habitacional), risco de desastre socioambiental, perdas e danos, deslocamentos climáticos urbanos e investimentos públicos na ação climática
- **Participação popular**, transparência, acesso à justiça e gestão democrática rumo a cidades mais justas e resilientes



ACESSE O RELATÓRIO

SEM MORADIA DIGNA, NÃO HÁ JUSTIÇA CLIMÁTICA

<https://habitatbrasil.org.br/moradia-e-justica-climatica/>



Habitat
para a Humanidade®
Brasil

sem moradia digna não há
justiça
climática



Ficha Técnica

Realização: Habitat para a Humanidade Brasil

Coordenação e texto: Raquel Ludermir

Pesquisa e sistematização: Bruno Fonseca

Colaboração: Adnamar Mota, Auta Azevedo, Cláudia Pessoa, Debora Britto, Ju Motter, Marina Cysneiros, Mohema Rolim, Silvia Rosa, Socorro Leite

Diagramação: Renata Macêdo, Raquel Ludermir

Apoio: Misereor, Fundação Oak



sem moradia digna não há
justiça
climática

Fontes:

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Serviço Geológico Brasileiro (CPRM)

Fundação Instituto de Geotécnica do Município do Rio de Janeiro

Defesa Civil Municipal de São Paulo

CODESAL – Prefeitura de Salvador

SUDECAP – Prefeitura de Belo Horizonte

S2ID - Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (Defesa Civil Nacional)

Fundação João Pinheiro

Depoimentos coletados nas missões territoriais realizadas pela Habitat para a Humanidade em Recife e Região Metropolitana e em São Sebastião no litoral norte de São Paulo